

Editorial, p. 8 Linha Reta

“A Constituinte é a porta de saída” — aponta o senador Fernando Henrique Cardoso, na sua condição de líder do PMDB no Senado. A crise veio se tornando presença dominante na vida brasileira desde a falência do plano cruzado a partir da verificação de que os gastos públicos excedem o poder governamental de controlá-los dentro das previsões orçamentárias. Nos três anos de Nova República, o Brasil comprovou um alto grau de estatização da economia, e uma correlata incapacidade do governo em descartar-se do excesso de poder. Não demonstrou a mínima eficiência para gerir tantas empresas e administrar tanto poder de intervir na atividade produtiva alheia.

Da tribuna parlamentar, o Senador Fernando Henrique Cardoso relacionou as linhas da solução eminentemente política capaz de levar o Brasil na direção oposta à crise que se aproxima: a prioridade é para o arremate dos trabalhos da Constituinte, tendo como consequência a eleição presidencial direta e a consciência de uma economia moderna e de uma sociedade justa.

Não há dúvida de que o gênero de primeira necessidade política é a nova constituição. Os primeiros meses de 1988 potencializam a esperança de que os constituintes honrarão a confiança de entregar à nação, em três meses, um documento modernizador da economia, dotado de uma visão de justiça a partir de igualdade de oportunidade na sociedade e uma eficiência democrática que expurgue o clientelismo, a corrupção e o paternalismo de Estado. É o que se entende por modernização da sociedade e do Estado.

Entre a Nova Constituição e a sucessão presidencial a 15 de novembro, há tempo suficiente para que o Congresso promova a primeira eliminação do entulho casuístico e autoritário e reduza a estatização econômi-

ca levada ao paroxismo, sem prejuízo da legislação complementar que demande mais tempo. O Brasil não precisará mais de uma legislação para cada eleição: a estabilidade normativa, em economia e na política, é uma das aspirações da sociedade.

O senador Fernando Henrique Cardoso falou em crise de governo, crise de confiança e crise de autoridade. Elas se traduzem na perda de confiança nos governantes e nas instituições. A impressão de avassaladora presença da corrupção nas coisas públicas não é, entretanto, uma ilusão de ótica: trata-se da perda de pudor administrativo e do respeito pela opinião pública, por parte da burocracia que reflete o outro lado da perda da confiança dos governados nos governantes. Entre descrença e corrupção há uma relação íntima, que pressupõe a certeza de impunidade dos que não acreditam na força da moralidade nem na capacidade de reação dos governantes.

A face oculta da crise é essencialmente moral. O governo dá sinais de que se preocupa com a denúncia da imoralidade, mas engana-se ao creditá-la a uma intenção política. A sociedade perdeu a confiança e, para recuperá-la, é indispensável a ocorrência de um fato político portador de uma carga histórica: no caso, a eleição direta.

Governos nascidos da vontade da maioria dos cidadãos têm legitimidade para tomar as medidas que requerem pulso moral. Numa democracia, a autoridade política e autoridade moral são decorrência da legitimidade. Tudo de que o Brasil precisa depende da nova Constituição e da eleição presidencial, tendo a separar a promulgação e a sucessão apenas o tempo necessário a uma campanha política para que os brasileiros possam fazer a sua opção em plena consciência.

22 FEV 1988

JORNAL DO BRASIL